

Lupa Tecnologia e Sistemas S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 2434R-042-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Ayrton Senna da Silva, 300 - 3º andar,
Sala 311 - Gleba Palhano, Londrina (PR)
Brasil

T +55 43 3306-1047

Aos Acionistas e Administradores da
Lupa Tecnologia e Sistemas S.A.
Juiz de Fora – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lupa Tecnologia e Sistemas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lupa Tecnologia e Sistemas S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com estas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21 – Partes Relacionadas, chamamos à atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com partes relacionadas, principalmente referente a vendas de produtos. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Lupa Tecnologia e Sistemas S.A. (“Companhia”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram auditadas por nós, o qual emitimos nosso relatório com ressalva sobre a ausência de um sistema de custeio integrado e coordenado com a contabilidade. Este assunto foi adequado para o exercício de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 20 de março de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC PR-011.937/F-1



Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR-049.038/O-9

Lupa Tecnologia e Sistemas Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	8	4.454	2.205
Aplicações financeiras	9	483	865
Contas a receber	10	1.342	1.065
Adiantamentos a fornecedores	-	302	198
Estoques	11	15.385	19.647
Impostos a recuperar	12	527	1.311
Despesas antecipadas	-	41	56
Total do ativo circulante		<u>22.534</u>	<u>25.347</u>
Não circulante			
Despesas antecipadas	-	26	34
Imobilizado	13	1.222	1.359
Intangível	14	<u>2.749</u>	<u>874</u>
Total do ativo não circulante		<u>3.997</u>	<u>2.267</u>
Total do ativo		<u>26.531</u>	<u>27.614</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lupa Tecnologia e Sistemas Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	5.026	5.567
Fornecedores e outras contas a pagar	16	775	1.273
Adiantamentos de clientes	-	-	1.878
Obrigações sociais e trabalhistas	17	772	951
Obrigações fiscais e tributárias	18	198	508
Provisões	19	4.404	5.081
Total do passivo circulante		<u>11.175</u>	<u>15.258</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	9.336	13.869
Provisão para contingências	20	20	106
Total do passivo não circulante		<u>9.356</u>	<u>13.975</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	22.a)	18.926	7.426
Reserva de lucros	22.b)	-	3.603
Prejuízos acumulados	22.c)	(12.926)	(12.648)
Total do patrimônio líquido		<u>6.000</u>	<u>(1.619)</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>26.531</u>	<u>27.614</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lupa Tecnologia e Sistemas Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional líquida	23	20.901	17.157
Custo dos produtos e serviços vendidos	24	<u>(12.839)</u>	<u>(13.657)</u>
Lucro bruto		8.062	3.500
Despesas comerciais	25	(1.044)	(1.120)
Despesas gerais e administrativas	26	(8.634)	(8.268)
Outros resultados operacionais	27	<u>(375)</u>	<u>(1.985)</u>
		(10.053)	(11.373)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	28	717	901
Despesas financeiras	28	<u>(2.607)</u>	<u>(2.657)</u>
		(1.890)	(1.756)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>(3.881)</u>	<u>(9.629)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Prejuízo líquido do exercício		<u>(3.881)</u>	<u>(9.629)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lupa Tecnologia e Sistemas Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	(3.881)	(9.629)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(3.881)</u>	<u>(9.629)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lupa Tecnologia e Sistemas Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.426	3.603	(3.019)	3.010
Aumento de capital social	5.000	-	-	5.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(9.629)	(9.629)
Distribuição de lucros	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.426	3.603	(12.648)	(1.619)
Aumento de capital social - (Nota 22)	11.500	-	-	11.500
Absorção do prejuízo líquido com reserva de lucros	-	(3.603)	3.603	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(3.881)	(3.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.926	-	(12.926)	6.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lupa Tecnologia e Sistemas Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.881)	(9.629)
Depreciação e amortização	688	567
Baixa de imobilizados e intangíveis	84	12
Provisões	(677)	57
Provisão para contingências	(86)	20
Ajuste a valor presente de clientes	9	1
Juros incorridos	2.340	1.971
Provisão para estoques obsoletos	52	170
	(1.472)	(6.831)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(285)	4.431
Adiantamentos a fornecedores	(104)	(157)
Estoques	4.210	(10.752)
Impostos a recuperar	784	(923)
Despesas antecipadas	23	34
Fornecedores	(498)	(974)
Obrigações sociais e trabalhistas	(179)	233
Obrigações fiscais e tributárias	(310)	(309)
Adiantamentos de clientes	(1.878)	1.855
Fluxo de caixa (aplicado/gerado) nas atividades operacionais	291	(13.393)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizados e intangíveis	(2.510)	(832)
Aplicações financeiras	382	(866)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(2.128)	(1.698)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	324	10.650
Pagamento do principal de financiamentos	(5.504)	(5.539)
Juros pagos	(2.234)	(1.855)
Aumento de capital	11.500	5.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	4.086	8.256
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>2.249</u>	<u>(6.835)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes	2.205	9.040
Saldo final do caixa e equivalentes	4.454	2.205
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>2.249</u>	<u>(6.835)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Lupa Tecnologia e Sistemas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é Rua Viscondessa Di Cavalcante, nº 50, na cidade de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais. A Companhia possui como atividade preponderante a exploração e produção de equipamentos eletroeletrônicos para automação e/ou monitoramento de redes elétricas, bem como a gestão de comunicação das estações elétricas e a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para a área de energia.

Em 31 de janeiro de 2022, a Lupa Tecnologia e Sistemas ingressou ao grupo Romagnole, que passou a ser controladora da Companhia.

1.1 Continuidade operacional

Alinhada ao planejamento estratégico da Companhia, a Administração tem efetuado substanciais investimentos no desenvolvimento de novos produtos, utilizando tecnologia internamente desenvolvida, além de aprimorar os produtos já existentes no mercado. Este esforço visa não apenas a abertura de novos mercados, mas também a expansão da base de clientes.

Como elemento crucial do plano estratégico da Companhia, os acionistas da Lupa Tecnologia e Sistemas S.A. efetuaram aportes de capital com o objetivo de garantir a continuidade das atividades operacionais, conforme destacado na Nota Explicativa nº 22 a) - Capital social.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis as pequenas e médias Companhias, que abrangem a legislação societária brasileira e o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para pequenas e médias Companhias”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – NBC TG 1000, devidamente ratificado pelos órgãos reguladores.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 20 de março de 2024.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 09** – Mensuração de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes e outros créditos;
- **Nota Explicativa nº 12** – Avaliação ao valor justo de impostos a recuperar;
- **Nota Explicativa nº 13** – Mensuração da vida útil dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota Explicativa nº 29** – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 19 e 20** – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao gestor da Companhia.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 29** – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros não-derivativos são designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. A seguir apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis.

a) Receita operacional

(i) Vendas de bens

A receita operacional é reconhecida quando: **(i)** os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; **(ii)** for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e **(v)** o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); e
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

b) Subvenção e assistência governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

c) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

d) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Os custos fixos não atribuídos aos produtos são reconhecidos como despesas diretamente no período em que são incorridos.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	20 a 25 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 a 10 anos
Instalações	10 anos

h) Intangível

(i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos e marcas são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada é a seguinte:

- **Software:** Entre 01 a 05 anos.

i) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado (VJR)

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, pelo VJR ou pelo VJORA. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, e reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado.

(i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 28 – Instrumentos Financeiros.

j) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(ii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em Estatuto Social são reconhecidos como passivo.

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; e

- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial.

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

7. Novas normas e interpretações revisadas, já emitidas e adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. A administração avaliará no ano de 2024 os possíveis impactos das novas normas contábeis, caso aplicável a Companhia.

8. Caixa e equivalentes de caixa

O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde aos créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional.

	2023	2022
Caixa	3	1
Bancos	38	70
Aplicações financeiras		
Ourinvest (aplic)	-	21
BTG Pactual (aplic)	4.413	2.113
Total	4.454	2.205

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e referem-se aos investimentos em fundos de renda fixa, remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (98% a 100% do CDI em média).

9. Aplicações financeiras

	2023	2022
Banco do Brasil	381	627
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	102	238
Total	483	865

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, a Companhia possuía um saldo de R\$ 482 vinculados a empréstimos, sendo R\$ 102 vinculado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e R\$ 380 vinculado ao Banco do Brasil, conforme Nota Explicativa nº 15

10. Contas a receber

	2023	2022
Clientes nacionais	926	412
<i>Cut-off</i> de receita (i)	425	654
(-) Ajuste a valor presente	(9)	(1)
Total	1.342	1.065

- (i) Conforme CPC PME, Seção 20 - Receitas, o qual consiste no ajuste preliminar, da receita bruta, os valores referentes às faturas emitidas sem que tenha ocorrido a transferência dos riscos e benefícios para o cliente. Portanto, a Companhia realizou análise do reconhecimento da receita e constituiu a provisão de *cut-off* refletindo na rubrica de contas a receber de clientes.

Aging list de contas a receber de clientes mercado interno e mercado externo:

	2023	2022
A vencer	541	376
Vencidos em até 30 dias	351	8
Vencidos entre 31 e 60 dias	28	25
Vencidos entre 61 e 180 dias	6	-
Vencidos acima de 181 dias	-	3
Total	926	412

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações vendidas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de clientes, estabelecimento de limites de créditos e acompanhamento permanente do saldo devedor de cada cliente.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam duplicatas oferecidas a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários.

11. Estoques

	2023	2022
Matérias-primas nacionais	9.249	5.470
Matérias-primas importadas	5.742	9.882
Produtos acabados	616	4.465
(-) Provisão de estoques obsoletos	(222)	(170)
Total	15.385	19.647

Em 2023, a empresa lançou diretamente no resultado do exercício o custo de ociosidade no valor de R\$1.156, conforme Nota Explicativa nº 24.

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam estoques dados em garantias de operações de empréstimos e financiamentos.

Abaixo, demonstraremos a movimentação da provisão estoques obsoletos:

	2023
Saldo no início do exercício	(170)
Constituição de provisão para estoques obsoletos	(52)
Saldo no final do exercício	(222)

12. Impostos a recuperar

	2023	2022
ICMS (a)	30	43
IRRF (b)	298	181
IPI (c)	173	336
CSLL (b)	10	7
COFINS	10	603
PIS	2	133
Tributos pagos a maior	4	8
Total	527	1.311

- (a) Refere-se ao crédito de ICMS originado substancialmente das entradas de material em garantia gerando um saldo a compensar até o retorno dos materiais.
- (b) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) e a contribuição social (CSLL) decorrentes dos rendimentos de aplicação financeira e das importâncias recebidas de outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços sujeitas a retenção na fonte.
- (c) O IPI a recuperar tem como referência o imposto destacado nas notas fiscais de entrada para o estabelecimento industrial, bem como crédito financeiro do incentivo fiscal que trata a Lei 13.969/2019. Nota Explicativa nº 22.b).

13. Ativo imobilizado

a) Composição do saldo

	Taxa de depreciação	2023			2022	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	10%	2.576	(1.795)	781	943	
Ferramentas e peças	10%	109	(54)	55	55	
Computadores e periféricos	20%	420	(255)	165	161	
Móveis e utensílios	10%	415	(202)	213	191	
Veículos	20%	92	(92)	-	-	
Obras e instalações	3 a 10%	13	(5)	8	9	
Direito de uso - IFRS 16	25%	823	(823)	-	-	
Total		4.448	(3.226)	1.222	1.359	

	Taxa de depreciação	2022			2021
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	2.520	(1.577)	943	1.061
Ferramentas e peças	10%	95	(40)	55	52
Computadores e periféricos	20%	354	(193)	161	107
Móveis e utensílios	10%	333	(142)	191	186
Veículos	20%	92	(92)	-	-
Obras e instalações	3 a 10%	13	(4)	9	11
Direito de uso – IFRS 16	25%	634	(634)	-	195
Total		4.041	(2.682)	1.359	1.612

b) Movimentação do custo e depreciação

	2022	Movimentação 2023			
	Líquido	Adições	Depreciação	Baixas	Líquido
Máquinas e equipamentos	943	57	(218)	(1)	781
Ferramentas e peças	55	14	(14)	-	55
Computadores e periféricos	161	66	(62)	-	165
Móveis e utensílios	191	82	(60)	-	213
Obras e instalações	9	-	(1)	-	8
Direito de uso – IFRS 16	-	189	(189)	-	-
Total	1.359	408	(544)	(1)	1.222

	2021	Movimentação 2022			
	Líquido	Adições	Depreciação	Baixas	Líquido
Máquinas e equipamentos	1.061	75	(193)	-	943
Ferramentas e peças	52	11	(8)	-	55
Computadores e periféricos	107	101	(47)	-	161
Móveis e utensílios	186	31	(26)	-	191
Obras e instalações	11	-	(2)	-	9
Direito de uso – IFRS 16	195	-	(183)	(12)	-
Total	1.612	218	(459)	(12)	1.359

Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias (alienação fiduciária) aos empréstimos e financiamentos.

Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

14. Intangível

a) Composição do saldo

	Taxa de depreciação	2023			2022
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20%	577	(291)	286	480
Projetos Lupa (i)		2.463	-	2.463	394
Total		3.040	(291)	2.749	874

(i) Em setembro de 2022, o projeto Nova Plataforma progrediu da fase de pesquisa para a fase de desenvolvimento, resultando no reconhecimento dos custos associados ao projeto como ativo intangível. Devido a considerações técnicas, o cronograma do projeto foi estendido e com a sua conclusão prevista para o segundo semestre de 2024, mantendo-se a viabilidade econômica inicial.

	Taxa de depreciação	2022			2021
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20%	724	(244)	480	368
Projetos Lupa (i)		394	-	394	-
Total		1.118	(244)	874	368

b) Movimentação do custo e amortização

	2022	Movimentação 2023			Líquido
	Líquido	Adições	Amortização	Baixas	
Softwares	480	33	(144)	(83)	286
Projetos Lupa	394	2.069	-	-	2.463
Total	874	2.102	(144)	(83)	2.749

	2021	Movimentação 2022			Líquido
	Líquido	Adições	Amortização	Baixas	
Softwares	368	220	(108)	-	480
Projetos internos	-	394	-	-	394
Total	368	614	(108)	-	874

15. Empréstimos e financiamentos

Banco	Tipo	Garantias	Taxa % (a.a.)	2023	2022
Banco BDMG	Capital de giro	Aval; aplicação de 20% saldo devedor	17,17%	361	1.086
Banco Bradesco	Capital de giro	Aval	9,8 a 10,95%	1.338	2.898
Banco Santander	Capital de giro	Aval	9,38%	-	653
Banco Itaú	Capital de giro	Aval	10,03%	515	1.148
Banco do Brasil	Capital de giro	Aval; aplicação de 15% saldo devedor	15,71%	2.025	3.452
Santander externo		Aval	14,89%	10.106	10.116
Cartões corporativos				17	83
Total				14.362	19.436
Circulante				5.026	5.567
Não circulante				9.336	13.869
Total				14.362	19.436

Garantias

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelas contas de aplicação financeira, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8, bem como aval dos acionistas.

Compromissos (covenants)

Os contratos de financiamentos mantidos pela Companhia junto às instituições financeiras não contêm cláusulas de compromissos (*covenants*), relacionados aos aspectos administrativos e operacionais, em 2023.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no ano foi a seguinte:

	2023	2022
Saldo inicial	19.436	14.209
Captações	324	10.650
Pagamentos (principal)	(5.504)	(5.539)
Juros pagos	(2.234)	(1.855)
Juros incorridos	2.340	1.971
Saldo no fim do exercício	14.362	19.436

O cronograma de vencimentos do endividamento está apresentado abaixo:

	2023	2022
Até um ano	5.026	5.567
Entre 01 e 02 anos	3.873	5.015
Após 02 anos	5.463	8.854
Total	14.362	19.436

16. Fornecedores e outras contas a pagar

	2023	2022
Fornecedores – Nacionais	766	1.172
Fornecedores – Mercado externo	9	101
Total	775	1.273

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

Os saldos de fornecedores estão assim compostos:

	2023	2022
A vencer	686	1.095
Vencidos até 30 dias	2	59
Vencidos entre 31 e 60 dias	-	1
Vencidos entre 61 e 180 dias	-	24
Vencidos acima de 180 dias	87	94
Total	775	1.273

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Salários e ordenados a pagar	-	144
Pró-labore a pagar	-	56
INSS e FGTS a recolher	182	193
Provisão para férias e encargos	590	557
Outras obrigações sociais e trabalhistas	-	1
Total	772	951

18. Obrigações fiscais e tributárias

	2023	2022
IRPJ e CSLL sobre aplicações financeiras	-	3
IPI	5	274
PIS	6	6
Cofins	26	28
ICMS	81	103
ISS	8	8
IRRF	68	75
Outras obrigações fiscais e tributárias	4	11
Total	198	508

19. Provisões

A Companhia constitui provisões de curto prazo, considerando a expectativa de realização com base nos históricos existentes. Estas provisões não estão associadas a processos judiciais e são decorrentes de negociações com clientes.

	2023	2022
Provisão para garantia	657	1.783
Provisão para multas contratuais	3.299	2.850
Provisão para fornecedores	448	448
Total	4.404	5.081

A Companhia em 2023, reverteu parte das provisões decorrentes da avaliação de provisões para garantias, em razão do volume de *recalls* realizados nos últimos dois exercícios. Também, constituiu provisão referente a multas contratuais pelo descumprimento de prazos em processos licitatórios.

Abaixo, demonstramos as movimentações das provisões:

	2023	2022
Saldo inicial 1º de janeiro	5.081	5.024
Constituição de provisões	1.005	857
Reversão de provisões	(1.682)	(800)
Saldo final em 31 de dezembro	4.404	5.081

20. Provisão para contingências

A administração registrou as provisões classificadas como prováveis, conforme previsão do pronunciamento técnico CPC – PME, e de acordo com as probabilidades de perdas dos assessores jurídicos.

	2023	2022
Provisão para riscos cíveis	-	86
Provisão para riscos trabalhistas	20	20
Total	20	106

As contingências possíveis representavam em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 446 (R\$ 2.250 em 31 de dezembro de 2022).

21. Partes relacionadas

As transações comerciais, tais como compra, venda de mercadorias e prestações de serviços entre Companhias do mesmo grupo são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

i) Vendas de produtos para partes relacionadas

	2023
Romagnole Produtos Elétricos S.A.	
Receita operacional	15.417

ii) Provisões registradas com partes relacionadas

	2023
Onix Distribuidora de Produtos Elétricos Ltda.	
Provisões	2.250

22. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social totalizou R\$ 18.926, divididos em 51.359 quotas:

Acionistas	Quotas	Capital social
João Paulo de Sousa Rocha	1.395	514
Frederico Ribeiro Ramos	852	314
Romagnole Produtos Elétricos S.A.	49.112	18.098
Total	51.359	18.926

No ano de 2023 os acionistas realizaram aportes de capital através dos seguintes atos societários:

- Aporte de capital no valor de R\$ 4.500 (quatro milhões e quinhentos mil reais), mediante a criação e emissão de 2.261.307 (dois milhões, duzentas e sessenta e uma mil, trezentas e sete) novas ações ordinárias – AGE 20/01/2023 registrada em 30/01/2023.
- Aporte de Capital no valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais), mediante a criação e emissão de 12.930.568 (doze milhões, novecentos e trinta mil e quinhentos e sessenta e oito) novas ações ordinárias – AGE 13/03/2023 Registrada em 20/03/2023.

- Aporte de Capital no valor de R\$ 4.000 (quatro milhões de reais), mediante a criação e emissão de 32.427.243 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e duzentos e quarenta e três) – AGE 19/06/2023 Registrada em 02/10/2023.

b) Reservas de lucros

Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, deliberam pela manutenção dos lucros em reservas de lucros. As reservas de lucros ficam à disposição dos acionistas para distribuição de lucros, para a absorção de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Prejuízos acumulados

Constituída de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, registram os prejuízos acumulados incorridos pela Companhia.

23. Receita operacional líquida

	2023	2022
Venda de produtos	20.224	14.692
Prestação de serviços	4.864	4.536
Incentivos fiscais tributários	3.639	3.125
Reconhecimento de receita – a faturar	424	654
Outras receitas operacionais	8	18
Receita bruta operacional	29.159	23.025
(-) IPI sobre vendas	(1.782)	(1.356)
(-) ICMS sobre vendas	(2.900)	(2.629)
(-) ISS sobre vendas	(48)	(39)
(-) Cofins sobre vendas	(1.369)	(1.099)
(-) PIS sobre vendas	(296)	(239)
(-) Devoluções e cancelamentos	(1.679)	(506)
(-) Ajuste a valor presente	(184)	-
Deduções da receita bruta	(8.258)	(5.868)
Total	20.901	17.157

a) RET - ICMS

A legislação brasileira oferece aos contribuintes diferentes formas de apurar seus tributos, desde que estejam em conformidade com as regras de cada regime específico. O Regime Especial de Tributação (RET) é uma ferramenta que permite que as empresas calculem seus impostos de maneira diferente dos métodos convencionais. O RET ICMS concedido à Lupa Tecnologia possibilita à empresa usufruir de crédito presumido de 100% e 97% sobre as vendas dos itens incentivados.

b) Crédito Financeiro - PPB

As empresas que investem em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação podem pleitear do crédito financeiro de 10,92% das vendas com os produtos incentivados, podendo ser compensado em qualquer imposto federal. Para a utilização do incentivo fiscal a empresa deverá estar habilitada e observar o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto (PPB) que trata a Lei 13.969/2019.

24. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	2023	2022
Matérias-primas	(8.969)	(7.127)
Mão-de-obra direta	(439)	(1.266)
Custos indiretos de produção	(556)	(3.334)
Custos de ociosidade (i)	(1.156)	-
Serviços de terceiros	(1.719)	(1.929)
Total	(12.839)	(13.656)

(i) Devido o menor volume de produção, montante dos custos fixos não atribuídos aos produtos foram contabilizados como custo de ociosidade conforme estabelecido no CPC 16 - Estoques.

25. Despesas comerciais

	2023	2022
Pessoal e encargos	(91)	(71)
Fretes	(146)	(104)
Multas por atraso de entrega	-	(464)
Provisão de multas por atraso de entrega	(778)	(450)
Despesas com viagens	(7)	(18)
Outras despesas comerciais	(22)	(13)
Total	(1.044)	(1.120)

26. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Pessoal e encargos	(3.770)	(2.225)
Serviços de terceiros	(1.563)	(949)
Remuneração de dirigentes	(1.131)	(938)
Provisão para garantia de produtos	831	(407)
Despesas com projetos internos	(1.590)	(2.324)
Despesas com viagens	(95)	(257)
Depreciação e amortização	(274)	(210)
Energia, água e telefone	(131)	(115)
Seguros	(71)	(93)
Despesas com garantia de produtos	(424)	(499)
Fretes	(18)	(22)
Aluguéis e IPTU	(111)	(27)
Material de uso e consumo	(189)	(167)
Despesas legais e judiciais	(20)	-
Provisão para contingências	-	(20)
Outras despesas gerais e administrativas	(78)	(105)
Total	(8.634)	(8.358)

27. Outros resultados operacionais

	2023	2022
Perdas nos estoques	(158)	(1.561)
Despesas tributárias	(104)	(347)
Provisão de perda sobre estoques obsoletos	(52)	(170)
Perdas no recebimento de clientes	(2)	(45)
Doações, brindes e bonificações	-	(17)
Pessoal e encargos	(12)	-
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	(84)	-
Outros resultados operacionais	37	245
Total	(375)	(1.895)

28. Resultado financeiro

	2023	2022
Variação cambial ativa	72	88
Desconto Financeiro obtido	6	30
Rendimento aplicação financeira	464	780
Outras receitas financeiras	175	3
Total das receitas financeiras	717	901
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.234)	(1.971)
Juros passivos	(33)	(198)
Variação cambial passiva	(32)	(222)
Descontos concedidos	(1)	(52)
Juros e comissões bancárias	(17)	(22)
Despesa financeira de direito de uso	(54)	(101)
Encargos, impostos e taxas de empréstimos no exterior	(234)	(65)
Outras despesas financeiras	(2)	(22)
Total das despesas financeiras	(2.607)	(2.653)
Total	(1.890)	(1.752)

29. Instrumentos financeiros

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, preço commodities e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial da controlada em 31 dezembro de 2023 e 2022 estão identificados a seguir:

	2023		2022	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.454	4.454	2.205	2.205
Aplicações financeiras	483	483	865	865
Contas a receber de clientes e outros créditos	1.342	1.342	1.065	1.065
Total	6.279	6.279	4.135	4.135
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	(775)	(775)	(1.273)	(1.273)
Empréstimos e financiamentos	(14.362)	(14.362)	(19.436)	(19.436)
Total	(15.137)	(15.137)	(20.709)	(20.709)
Total	(8.858)	(8.858)	(16.574)	(16.574)

- **Caixa e equivalentes de caixa** – os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo e suas taxas de remuneração são substancialmente baseadas na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** – decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias); e
- **Empréstimos e financiamentos** – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são de responsabilidade da Tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos.

A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Identificadas as exposições da Companhia, o responsável pela Tesouraria da Companhia precifica e zera seus riscos, buscando proteção com operações no mercado de bolsa de valores.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco cambial;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. Esses riscos são administrados por normas específicas da Companhia, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

A seguir demonstraremos os títulos por idade de vencimento.

	2023	2022
A vencer	541	376
Vencidos em até 30 dias	351	8
Vencidos entre 31 e 60 dias	28	25
Vencidos entre 61 e 180 dias	6	-
Vencidos acima de 181 dias	0	3
Total	926	412

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

Risco cambial

A Companhia está sujeito ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande maioria o Dólar Americano (USD).

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2023 para os significativos identificados como riscos de mercado: taxas cambiais.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Companhia.

Como cenários prováveis para as aplicações financeiras, foram adotadas as cotações e valores já reconhecidos contabilmente. Para os cenários “possíveis” e “remotos”, utilizamos uma variação de 5% e 15%,

30. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui uma apólice de seguros, sendo que em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 1.351 como limite máximo de indenização.

31. Eventos subsequentes

Em 29 de dezembro de 2023, a Lei nº 14.789, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.185/23, revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973/14. Isso significa que, a partir da competência de janeiro de 2024, as receitas de subvenção estarão sujeitas à incidência do IRPJ e da CSLL no Lucro Real, nas alíquotas de 25% (15% mais 10% de Adicional de IRPJ) e 9%, respectivamente, em caso de resultado positivo. Além disso, serão aplicadas alíquotas de PIS e Cofins de 1,65% e 7,6%, respectivamente. Devido a essa alteração, prevê-se um aumento na carga tributária e, por conseguinte, no resultado da companhia.

* * *

Nei Wisentheimer
Diretor Geral
CPF: 027.612.829 -06

Vanderson de Oliveira Ramos
Contador - CRC MG-118783/O-5
CPF 108.869.936-79